COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 5.848, DE 2009

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, disciplinando prazo para registro de consumidor inadimplente nos serviços de proteção ao crédito.

Autor: Deputado CARLOS BEZERRA

Relator: Deputado MARÇAL FILHO

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em foco, de iniciativa do Deputado Carlos Bezerra, pretende incluir um novo parágrafo no art. 43 do Código de Defesa do Consumidor dispondo que o registro do nome de consumidores inadimplentes nos cadastros dos serviços de proteção ao crédito somente poderão ocorrer após decorridos trinta dias do inadimplemento da dívida.

Na justificção apresentada, argumenta-se que o registro do nome do consumidor nesses bancos de dados afeta não somente o consumidor e seu credor, mas o próprio sistema econômico vigente pela retirada de um agente do mercado de crédito e conseqüente diminuição do potencial de consumo total da economia.

Propõe-se, assim, a observância de um prazo mínimo razoável após o vencimento da dívida antes de se promover a inscrição do nome do inadimplente nos cadastros, para dar chance a que fornecedor e consumidor encontrem uma solução amigável para o pagamento, o que seria benéfico para ambos e para a sociedade em geral.

Distribuído para exame de mérito à Comissão de Defesa do Consumidor, o projeto foi aprovado pelo órgão técnico com uma emenda, apresentada pelo Deputado Paes Landim, que substitui a expressão “a contar da data do pagamento inadimplido” pela expressão “contados da data de vencimento da dívida inadimplida”.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Trata-se de projeto de lei sujeito ao poder conclusivo das comissões, cabendo a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronunciar sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto em foco, assim como da emenda aprovada pela Comissão de Defesa do Consumidor, nos termos do disposto no art. 32, inciso IV, alínea a, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Todos os requisitos formais de constitucionalidade parecem atendidos, sendo a matéria sob exame pertinente à competência legislativa privativa da União e às atribuições normativas do Congresso Nacional, conforme previsto nos artigos 22, I, 24, VIII e 48, *caput*, todos da Constituição Federal. A iniciativa parlamentar também se revela legítima, não estando reservada a nenhum outro Poder.

Quanto ao conteúdo, não observamos nenhuma incompatibilidade entre a nova norma que se pretende aprovar por meio do projeto e os princípios e regras que emanam do texto constitucional vigente.

No tocante aos aspectos de juridicidade e técnica legislativa, observa-se que o texto do projeto foi aperfeiçoado do ponto de vista técnico-formal com a alteração promovida pela emenda aprovada pela Comissão de Defesa do Consumidor, que deu-lhe uma redação mais adequada e precisa que a original, motivo por que a adotamos também no âmbito desta Comissão de Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania como emenda de redação.

Tudo isso posto, concluímos nosso voto no sentido da constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e redação, nos termos da Emenda nº 1 da Comissão de Defesa do Consumidor, do Projeto de Lei nº 5.848, de 2009.

Sala da Comissão, em de de 2010.

Deputado MARÇAL FILHO
Relator